

1. A Companhia e suas operações

a) Informações Gerais

A TOTVS S.A., (“TOTVS” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1.000, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Operações

A Companhia tem por objetivo prover soluções de negócio para empresas de todos os portes, através do desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão, plataforma de produtividade e colaboração, bem como a prestação de serviços de implementação, consultoria, assessoria e manutenção, *e-commerce* e mobilidade. As soluções desenvolvidas pela Companhia e suas controladas são segmentadas conforme setor da economia, produzindo uma maior relevância das soluções dentro do contexto de negócio dos nossos clientes.

A Companhia por meio de suas controladas também possuía até 2019, atividades de industrialização e comercialização de hardware, combinando soluções especializadas de sistemas de gestão, ponto de venda (POS), automação comercial e soluções fiscais. Com objetivo de manter seu foco estratégico na operação de software, a Companhia decidiu pela venda destas controladas que foram concluídas no quarto trimestre de 2019.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de fevereiro de 2020, após recomendação do Comitê de Auditoria em reunião realizada no dia 05 de fevereiro de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

Todos os valores apresentados nestas Informações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das

demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, cuja participação percentual na data do balanço é resumida da seguinte forma:

Participação direta:

Razão Social	Sede	Denominação Utilizada	Obs.	% de Participação	
				2019	2018
TOTVS Serviços Ltda.	BRA	TOTVS Serviços	(i)	-	100,00
Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	BRA	TTS		100,00	100,00
TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda (antiga TOTVS Brasília)	BRA	TOTVS Tecnologia em Software		100,00	100,00
TOTVS Hospitality Ltda. (antiga TQTVD)	BRA	TOTVS Hospitality		74,20	74,20
VT Comércio Digital S.A. (antiga TOTVS Ventures)	BRA	VT Digital	(ii)	50,00	100,00
TOTVS Argentina S.A.	ARG	TOTVS Argentina		100,00	100,00
Datasul Argentina S.A.	ARG	Datasul Argentina		100,00	100,00
TOTVS México S.A.	MEX	TOTVS México		100,00	100,00
Datasul S.A. de CV.	MEX	Datasul México		100,00	100,00
TOTVS Corporation	BVI	TOTVS Corporation		100,00	100,00
TOTVS Incorporation	EUA	TOTVS Inc.		100,00	100,00
Neolog Consultoria e Sistemas S.A.	BRA	Neolog		60,00	60,00
Ciashop - Soluções para Comércio Eletrônico S.A.	BRA	Ciashop	(iii)	-	70,00
TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. (antiga Bematech S.A.)	BRA	TOTVS Large		100,00	100,00
TFS Soluções em software Ltda.	BRA	TFS		100,00	100,00
TOTVS Serviços de Desenvolvimento e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.	BRA	TOTVS Desenvolvimento	(iv)	100,00	-

Participação indireta:

Razão Social	Sede	Denominação Utilizada	Investidora	Obs.	% de Participação	
					2019	2018
DTS Consulting Partner, SA de CV	MEX	Partner	TOTVS México		100,00	100,00
Webstrategie Software Ltda.	BRA	Webstrategie	TTS	(v)	-	100,00
TOTVS Reservas Ltda. (antiga Kerina)	BRA	TOTVS Reservas	TOTVS Hospitality		100,00	100,00
Bematech Hardware Ltda.	BRA	Bematech Hardware	TOTVS Large	(vi)	-	100,00
Bematech Ásia Co.Ltd.	TWN	Bematech Ásia	TOTVS Large		100,00	100,00
Bematech Argentina S.A.	ARG	Bematech Argentina	TOTVS Large		100,00	100,00
Bematech Internacional Corp.	EUA	BIC	TOTVS Large	(vi)	-	100,00
Logic Controls, Inc	EUA	Logic Controls	BIC	(vi)	-	100,00
FICE - Bematech Foshan Shunde Ltd.	CHN	FICE	Logic Controls, Inc	(vi)	-	100,00
CMNet Participações S.A.	BRA	CMNet Participações	TOTVS Large		100,00	100,00
CM Soluciones – Argentina	ARG	CMNet Argentina	CMNet Participações		100,00	100,00
CMDIR - Soluções Informática, Lda - Portugal	PRT	CMNet Portugal	CMNet Participações		100,00	100,00
CM Soluciones – Chile	CHL	CMNet Chile	CMNet Participações		100,00	100,00
CMNet España	ESP	CMNet Espanha	CMDIR - Soluções		100,00	100,00
RJ Participações S.A.	BRA	RJ Participações	TOTVS Large		100,00	100,00
R.J. Consultores en Sistemas de Información S.C.	MEX	RJ México	RJ Participações		100,00	100,00
R.J. Consultores e Informática Ltda.	BRA	RJ Consultores	RJ Participações		100,00	100,00
TOTVS Hospitality Ltda.	BRA	TOTVS Hospitality	TOTVS Large		25,80	25,80
National Computer Corporation (coligada)	RUS	JV Russia	TOTVS México		19,00	19,00

- (i) Em 31 de julho de 2019 a subsidiária TOTVS Serviços foi incorporada pela também subsidiária TOTVS Large pelo acervo líquido de R\$46.906, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação do patrimônio líquido na data base de 30 de junho de 2019. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS Large.
- (ii) Em 31 de julho de 2019, a Companhia divulgou a conclusão das condições previstas no acordo entre TOTVS e a Companhia Brasileira de Tecnologia para E-commerce (VTEX) para criação da VT Comércio Digital S.A., cada uma com 50% de seu capital social, para atuação como operação em conjunto entre a TOTVS e a VTEX.
- (iii) Empresa alienada em 31 de julho de 2019, ver nota explicativa 5.
- (iv) Empresa constituída para segregação de algumas operações do grupo sem movimento em 31 de dezembro de 2019.
- (v) Empresa sem movimento encerrada no dia 18 de julho de 2019.
- (vi) Subsidiárias relacionadas a operação de hardware que foram alienadas durante o exercício de 2019 conforme mencionado na nota 5.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Todos os saldos e transações entre as controladas foram eliminados na consolidação.

Os resultados das subsidiárias incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Os resultados das operações alienadas durante o exercício de 2019 estão apresentados na linha de “Prejuízo das operações descontinuadas” em 2019 e 2018 para melhor comparabilidade.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido.

b) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) Na ausência de um mercado principal,

no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A TOTVS mantém investimentos em empresas, cuja parcela da participação é detida indiretamente por meio de organização de capital de risco e que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Os valores de contas a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas.

e) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 16.1)

f) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas, aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento e são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que

o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

h) Receitas e despesas

A Companhia e suas controladas auferem receitas de software, compreendendo taxas de licenciamento, serviço mensal de software, receitas de serviços, incluindo implementação, customização e consultoria. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

As receitas de software são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

- (i) Taxa de licenciamento, é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.
- (ii) Serviço mensal de software, a receita é reconhecida ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.
- (iii) As receitas de serviços representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

A Companhia usa as seguintes definições para segregação da receita: (i) receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica, e (ii) receitas de software não recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. A Companhia e suas controladas ativam o custo de remuneração variável pago pela venda de subscrição de software e amortiza este custo com base no tempo médio de permanência dos clientes.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software, relacionadas aos novos produtos ou à inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

i) Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; e

- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%.
- Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) de 4% a 12%.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

j) Economia hiperinflacionária na Argentina

A partir de julho de 2018, Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária e conforme IAS 29 / CPC 42, os ativos e passivos não monetários, os itens do patrimônio líquido e a demonstração do resultado das controladas na Argentina, cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando o Índice de preços ao consumidor (IPC) do mercado local.

Para fins de conversão de moeda estrangeira para economia não hiperinflacionária como o real, os montantes comparativos são apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior.

Os impactos de hiperinflação resultantes das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2019 e de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. O efeito no lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.688 (R\$1.220 em 31 de dezembro de 2018).

k) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

I) Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1 de janeiro de 2019 que tiveram impacto na Companhia:

IFRS16/CPC 06(R2) – Arrendamentos, se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamento, além do ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, com exceção para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

A Companhia optou por adotar o IFRS16/CPC 06(R2) pelo método retrospectivo modificado simplificado com efeito cumulativo na data de sua aplicação inicial. Os fluxos de pagamentos foram projetados sem inflação e descontados a uma taxa real, baseada no custo da dívida, uma vez que a Companhia entende ser esse o método que melhor reflete a posição financeira e patrimonial destes contratos. Esta política contábil adotada se baseou nas instruções do CPC 06 (R2), que veda a aplicação de índices ou taxas na determinação dos pagamentos dos arrendamentos.

A Companhia entende que não haveria impacto relevante no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019, caso sua política contábil para descontar os pagamentos futuros de arrendamento corrigidos pela inflação por uma taxa nominal de desconto.

A seguir apresentamos os impactos iniciais no balanço consolidado em 01 de janeiro de 2019:

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impactos referente adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.020.134	-	1.020.134
Outros ativos não circulantes	1.047.193	-	1.047.193
IRPJ/CSLL diferidos	125.124	(2.203)	122.921
Imobilizado	198.826	236.820	435.646
Total do Ativo	2.391.277	234.617	2.625.894
Arrendamentos de curto prazo	13.227	40.013	53.240
Outros passivos circulantes	696.385	(6.480)	689.905
Arrendamentos de longo prazo	28.962	196.458	225.420
Outros passivos não circulantes	364.483	350	364.833
Patrimônio Líquido (i)	1.288.220	4.276	1.292.496
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.391.277	234.617	2.625.894

- (i) O valor de R\$4.276 líquido do IRPJ/CSLL diferidos de R\$2.203, refere-se a baixa do diferimento da carência de aluguel concedidas no início do período de locação dos contratos de imóveis.

A seguir apresentamos a demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2) para fins de comparabilidade com o mesmo período do ano anterior:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2019	Impactos referente adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 31/12/2019 sem os efeitos do IFRS 16/CPC 06(R2)
Receita Líquida	2.282.124	-	2.282.124
Custo de software (i)	(743.855)	(16.060)	(759.915)
Lucro bruto	1.538.269	(16.060)	1.522.209
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	(397.824)	(16.197)	(414.021)
Despesas comerciais e marketing (i)	(423.997)	(5.363)	(429.360)
Despesas Gerais e Administrativas (i)	(239.791)	(6.431)	(246.222)
Depreciação e amortização	(147.033)	37.633	(109.400)
Provisão para perda esperada	(28.434)	-	(28.434)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	24.262	-	24.262
Lucro operacional	325.452	(6.418)	319.034
Resultado financeiro e equivalência	(1.425)	11.683	10.258
Imposto de renda e contribuição social	(70.111)	(1.790)	(71.901)
Lucro líquido da operação continuada	253.916	3.475	257.391
Prejuízo líquido da operação descontinuada	(43.268)	352	(42.916)
Lucro líquido do exercício	210.648	3.827	214.475

(i) Representa os valores referente ao pagamento das mensalidades dos aluguéis de imóveis por linha da demonstração do resultado.

Abaixo apresentamos o aumento (redução) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019:

Consolidado	2019
Atividades operacionais	32.786
Atividades de financiamento	(32.786)

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019 e mesmo considerando que a Companhia opera em um ambiente tributário complexo, a Administração concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais, e portanto, sem impacto na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

Outras melhorias, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019 não tiveram impacto significativos no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A e suas controladas.

3.1 Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- (i) Julgamentos relacionados a identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores.
- (ii) A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

3.2 Estimativas e premissas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- (i) **Provisão para perdas esperadas do contas a receber** – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota 8.
- (ii) **Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio** – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo a análise de sensibilidade, estão detalhadas na nota 16.2.
- (iii) **Impostos diferidos** – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota 11.3.

- (iv) **Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais** – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota 22.
- (v) **Receita de serviços não recorrentes** – o reconhecimento das receitas de serviços de implementação e customização de softwares requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia reavalia estas estimativas periodicamente e replaneja as margens por contrato sempre que necessário.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. Combinação de negócios e aquisição de participação de não controladores

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo, como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos são mensurados e reconhecidos na data de aquisição. Os métodos e hipóteses utilizadas para avaliação do valor justo são baseados no fluxo de caixa descontado a valor presente e custo de reposição. A parcela de ativos não identificáveis de combinações de negócios são alocadas como ágio e estão fundamentadas em estudos técnicos de rentabilidade futura.

A seguir apresentamos as aquisições ocorridas nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

- (i) Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia através de sua subsidiária TTS, divulgou a aquisição de 100% do capital social da Consinco S.A., empresa provedora de sistemas de gestão para a vertical de supermercados e atacadistas no mercado brasileiro, pelo valor de R\$197.000, sendo que o contrato prevê um adicional de R\$55.000 sujeito a atingimento de metas estabelecidas para Consinco para os exercícios de 2020 e 2021, além do cumprimento de outras condições. O fechamento desta transação depende da implementação de condições precedentes estabelecidas em contrato e não consolidou as demonstrações financeiras desta transação, uma vez que não obteve o controle sobre a Consinco.
- (ii) No dia 28 de outubro de 2019, a Companhia através de sua subsidiária TOTVS Tecnologia em Software, anunciou a aquisição de 88,8% do capital social da Supplier Participações S.A., empresa focada em crédito B2B entre clientes e fornecedores, pelo montante de R\$455.200, sujeitos a ajustes de preço. A transação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em dezembro de 2019, porém o fechamento depende da implementação do modelo de plataforma Fintech, e portanto, não consolidou as demonstrações financeiras da Supplier, uma vez que até esta data não obteve o controle da entidade.
- (iii) Em 01 de agosto de 2018, a subsidiária TFS adquiriu e incorporou a Passlack, empresa voltada para desenvolvimento e suporte para o segmento de Financial Services pelo valor de R\$8.200. O acervo

líquido da Passlack foi incorporado conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido, aprovado em reunião de sócios juntamente com o protocolo e justificação de incorporação.

- (iv) Em 09 de maio de 2018, a subsidiária TOTVS Large exerceu opção de compra de 20% do capital social da RJ Participações. O valor atribuído por esta aquisição foi de R\$9.880 dos quais R\$4.350 foram pagos na data do exercício da opção e o restante foi pago em 2019. Neste mesmo ato foi prorrogada a opção de compra e venda dos 20% de participação remanescentes para 2021 a ser mensurada com base na métrica de performance de 2020. Como o contrato inicial da aquisição da RJ Participações já previa as opções de compra e venda da participação remanescente, a Companhia consolida 100% de seus resultados e mantém uma estimativa do pagamento no passivo de “Obrigações por aquisição de investimento”.

5. Empresas alienadas e operação descontinuada

Durante os exercícios de 2019, a Companhia e controladas alienaram algumas de suas operações, demonstradas a seguir:

Ciashop - Em 09 de maio de 2019, a Companhia celebrou contrato para alienação da participação de 70,47% no capital social da Ciashop para a VTEX S.A. pelo valor de R\$21.175. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de julho de 2019 depois da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras. O ganho líquido pela venda da Ciashop foi registrado na linha “Outras despesas e receitas operacionais” da demonstração dos resultados.

Operação de Hardware - Visando ampliar o foco estratégico da Companhia para a operação de software, a Administração decidiu pela venda das operações de hardware que ocorreram da seguinte forma:

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R\$25.000, o qual está sujeito à eventual ajuste de preço a ser apurado pelas partes nos termos estabelecidos em contrato.

Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US\$4,4 milhões equivalente a R\$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US\$1,5 milhões equivalente a R\$5.988 foram retidos a título de garantia e será liberado até 5 de novembro de 2022.

O resultado da venda da operação de hardware no Brasil gerou um prejuízo líquido de R\$44.946 registrado na rubrica “Prejuízo das operações descontinuadas”.

Mediante esse cenário, o resultado da operação de hardware foi classificado como operação descontinuada, conforme IFRS 05/ CPC 31, divulgado em uma linha separada na demonstração de resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 de forma comparativa.

A seguir apresentamos o resultado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 das operações de hardware:

	Consolidado	
	2019	2018 (i)
Receita Líquida	146.361	209.112
(-) Custos	(101.201)	(145.359)
Lucro Bruto	45.160	63.753
Pesquisa e Desenvolvimento	(9.863)	(14.517)
Despesas comerciais e marketing	(27.800)	(38.633)
Despesas gerais e administrativas	(8.722)	(15.539)
Depreciação e amortização	(2.754)	(7.099)
Provisão para perda esperada	(392)	(6.372)
Subvenção governamental	2.650	7.801
Outras receitas (despesas) operacionais	287	(88.306)
Prejuízo antes dos efeitos financeiros e impostos	(1.434)	(98.912)
Resultado financeiro	(108)	960
Imposto de renda e contribuição Social	3.220	20.860
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.678	(77.092)
Resultado líquido na venda da operação de hardware	(44.946)	-
Prejuízo das operações descontinuadas	(43.268)	(77.092)

- (i) As informações de resultado do período findo de 31 de dezembro de 2018 foram reapresentadas na rubrica “Prejuízo da operação descontinuada” para melhor comparabilidade.

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado Abrangente das operações descontinuadas		
Prejuízo líquido do período	(43.268)	(77.092)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	1.006	10.795
Resultado Abrangente do Período	(42.262)	(66.297)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pela Bematech Hardware são:

	Consolidado	
	2019	2018
Atividades operacionais	1.561	27.747
Atividades de investimento	(1.615)	(8.168)
Atividades de financiamento	(16.923)	-
Caixa líquido gerado (consumido) das operações descontinuadas	(16.977)	19.579

6. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

6.1. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	-	-	1.538.156	452.799	-	-
Garantias de investimentos (nota 21)	-	-	27.265	50.243	-	-
Contas a Receber, liquidas (nota 8)	-	-	382.622	405.428	-	-
Ativos financeiros (Nota 6.2)	71.955	69.171	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Ativos	71.955	69.171	1.948.043	908.470	-	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	247.703	201.471
Debêntures e prêmio de não conversão (Nota 20)	-	-	-	-	202.973	277.188
Contas a pagar e fornecedores	-	-	-	-	209.638	218.441
Obrigação por aquisição de investimentos (Nota 21)	8.772	24.729	-	-	34.540	50.332
Passivos Financeiros	8.772	24.729	-	-	694.854	747.432

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Garantias de investimentos, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos ativos financeiros sem negociação no mercado ativo é estimado por meio de uma técnica de avaliação, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores por elas indicada.
- Empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

6.2. Ativos financeiros

Os investimentos em *startups* feitos pela Companhia, têm estratégia de médio prazo, com saída planejada para o momento em que os retornos financeiros esperados sejam atingidos e, dessa forma, são reconhecidos como instrumento financeiro. O valor destes investimentos em 31 de dezembro de 2019 era de R\$71.955 (R\$69.171 em 31 de dezembro de 2018).

6.3. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil dos ativos e passivos consolidados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros						
Aplicações Financeiras (nota 7)	-	1.526.057	-	-	407.874	-
Ativos financeiros (nota 6.2)	-	-	71.955	-	-	69.171
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	-	247.703	-	-	201.471	-
Debêntures e Prêmio de Não Conversão (nota 20)	-	202.973	-	-	203.431	73.757

Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício.

6.4. Mudanças no passivo de atividades de financiamento

Os passivos decorrentes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrentes de atividade de financiamento:

	2018	Fluxo de caixa de financiamento		Itens que não afetam caixa			2019
		Principal	Juros pagos	Novos arrendamentos	Juros incorridos	Outros (i)	
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	159.282	(152.889)	(5.233)	-	5.203	-	6.363
Arrendamento mercantil (Nota 19)	42.189	(61.617)	(15.406)	260.057	16.115	2	241.340
Debêntures (Nota 20)	277.188	-	(96.202)	-	21.987	-	202.973
Dividendos a pagar e outros (Nota 24)	13.902	(49.898)	-	-	-	80.575	44.579
Total	492.561	(264.404)	(116.841)	260.057	43.305	80.577	495.255

	2017	Fluxo de caixa de financiamento		Itens que não afetam caixa			2018
		Principal	Juros pagos	Novos arrendamentos	Juros incorridos	Outros (i)	
Empréstimos e Financiamentos	339.103	(180.705)	(17.818)	-	18.702	-	159.282
Arrendamento mercantil	63.453	(25.973)	(8.186)	4.712	8.183	-	42.189
Debêntures	269.138	-	(13.684)	-	21.734	-	277.188
Dividendos a pagar e outros	18.487	(51.486)	-	-	-	46.901	13.902
Total	690.181	(258.164)	(39.688)	4.712	48.619	46.901	492.561

- (i) A movimentação incluída na coluna "Outros" contempla distribuição de dividendos e JSCP no exercício e crédito de impostos compensados sobre distribuição de JSCP. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa operacionais.

6.5. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação de:

- (i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e as debêntures emitidas em 2017; e
- (ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

a) Ativos Financeiros

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por *startups* de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por uma técnica ou múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores por elas indicada. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias. Adicionalmente, o investimento de maior relevância, a GoodData, é referente à ações preferenciais que possuem direito de preferência em caso de liquidação.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,40% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 2019	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras consolidadas	R\$ 1.526.057	Redução CDI (a)	4,40%	3,30%	2,20%
Receita financeira			R\$ 67.147	R\$ 50.360	R\$ 33.573
<i>(a) Certificado de Depósito Interbancário</i>					

b) Passivos Financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2019 e, a partir dele, calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Operação	Saldo em 2019	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
		Aumento			
Financiamentos BNDES atrelados a TJLP - consolidados	R\$ 4.120	TJLP (a)	5,57%	6,96%	8,36%
Despesa Financeira estimada			R\$ 229	R\$ 287	R\$ 344
		Aumento			
Debêntures consolidadas	R\$ 202.973	CDI	4,40%	5,50%	6,60%
Despesa Financeira estimada			R\$ 8.931	R\$ 11.164	R\$ 13.396
<i>(a) Taxa de Juros de Longo Prazo</i>					

6.6. Gestão de Risco Financeiro

Os principais riscos financeiros a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a. Risco de Liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela, a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado		
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	63.821	-	-
Empréstimos e Financiamentos	66.667	86.089	134.382
Debêntures	202.973	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos	32.554	8.772	1.986
Outros passivos	11.292	17.607	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	113.907	-	-
Empréstimos e Financiamentos	171.559	42.690	-
Debêntures	78.704	213.310	-
Obrigações por aquisição de investimentos	59.597	10.130	5.334
Outros passivos	13.227	15.003	-

- i. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, debêntures e outras obrigações.

b. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou abaixo ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch. O valor alocado a cada instituição não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à venda de serviços e venda de licenças de software.

c. Risco de Mercado

i) **Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e CDI, além das aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) **Risco de taxas de câmbio:** decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e o Rublo Russo. A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração.

Abaixo apresentamos os saldos de cada empresa do grupo, onde demonstramos que a exposição líquida consolidada é positiva, uma vez que os saldos ativos são superiores aos saldos negativos expostos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

2019						
Empresa	Contas a pagar	Caixa e equivalente de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Exposição líquida	Moeda
RJ Consultores México	(16)	-	1.903	-	1.887	Peso (MXN)
CMNet Participações S.A.	(317)	1.116	1.026	-	1.825	Peso (CLP e ARS)
TOTVS S.A.	(8.962)	-	-	-	(8.962)	USD
TOTVS México	(1.051)	3.518	1.544	-	4.011	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(1.815)	4.781	3.605	-	6.571	Peso (ARS)
TOTVS Incorporation	-	-	436	71.955	72.391	USD
Total	(12.161)	9.415	8.514	71.955	77.723	

2018						
Empresa	Contas a pagar	Caixa e equivalente de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Exposição líquida	Moeda
Bematech Hardware	(2.867)	10.299	579	-	8.011	USD
Logic Controls Inc.	(3.397)	4.937	9.114	-	10.654	USD
Bematech Ásia Co. Ltd	(15)	265	2.427	-	2.677	USD / TWD
RJ Consultores México	(11)	1.203	480	-	1.672	Peso (MXN)
CMNet Participações S.A.	(309)	1.056	1.137	-	1.884	Peso (CLP e ARS)
TOTVS S.A.	(19.078)	-	-	-	(19.078)	USD
TOTVS México	(724)	720	3.025	-	3.021	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(1.325)	2.786	5.846	-	7.307	Peso (ARS)
TOTVS Incorporation	(117)	622	562	69.171	70.238	USD
Total	(27.843)	21.888	23.170	69.171	86.386	

d. Investimentos avaliados a valor justo por meio de resultado

Os investimentos a valor justo por meio de resultado são compostos por empresas *startups* conforme descrito na nota 6.2.

As empresas *startups* podem não captar os recursos financeiros necessários ou apresentar avaliações menores comparativamente aos investimentos anteriores. Esses eventos podem causar perdas de valor nestes investimentos. Adicionalmente, a volatilidade do mercado pode afetar negativamente a habilidade de realização do investimento por meio de eventos de liquidação como oferta pública de ações, fusões e vendas privadas.

e. Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos nos períodos apresentados.

6.7. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A TOTVS controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, recompra de ações, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures e emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	230.108	184.192	247.703	201.471
Debêntures (nota 20)	202.973	277.188	202.973	277.188
Obrigações por aquisição de investimentos (nota 21)	30.493	30.752	43.312	75.061
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota 7)	(1.106.888)	(228.571)	(1.538.156)	(452.799)
(-) Garantias de investimentos (nota 21)	(23.217)	(23.477)	(27.265)	(50.243)
Dívida líquida	(666.531)	240.084	(1.071.433)	50.678
Patrimônio líquido	2.477.214	1.287.042	2.478.409	1.288.220
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.810.683	1.527.126	1.406.976	1.338.898

7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	323	10.571	12.099	44.925
Equivalentes de caixa	1.106.565	218.000	1.526.057	407.874
Fundo de investimento	927.178	-	1.330.500	-
CDB	148.586	125.058	162.826	181.980
Operações compromissadas	30.801	92.942	32.731	225.894
	1.106.888	228.571	1.538.156	452.799

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 2019, a Companhia passou a concentrar seus investimentos em fundo de investimento para TOTVS e suas subsidiárias. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 96,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (99,22% em 31 de dezembro de 2018).

8. Contas a receber de clientes

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado interno	360.858	355.384	478.035	508.394
Mercado externo	1.391	525	6.710	15.552
Contas a receber bruto	362.249	355.909	484.745	523.946
(-) Provisão para perda esperada	(79.712)	(88.515)	(102.123)	(118.518)
Contas a receber líquido	282.537	267.394	382.622	405.428
Ativo circulante	252.842	248.671	350.995	385.538
Ativo não circulante (a)	29.695	18.723	31.627	19.890

- (a) O contas a receber de longo prazo refere-se basicamente à venda de licenças de software, serviços de implementação e customização e está apresentado líquido do ajuste a valor presente.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*), líquidos da provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	226.681	189.294	297.354	310.953
A faturar	32.666	57.464	49.238	73.627
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	10.869	9.636	16.909	15.566
de 31 a 60 dias	4.946	5.561	8.548	9.729
de 61 a 90 dias	5.075	4.549	7.661	6.852
de 91 a 180 dias	9.809	9.578	15.239	14.378
de 181 a 360 dias	15.594	14.943	22.288	21.327
mais de 360 dias	56.609	64.884	67.508	71.514
Contas a receber bruto	362.249	355.909	484.745	523.946
(-) Provisão para perda esperada	(79.712)	(88.515)	(102.123)	(118.518)
Contas a receber líquido	282.537	267.394	382.622	405.428

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do ano	88.515	73.469	118.518	89.032
Saldo inicial do IFRS9/CPC48	-	5.864	-	10.968
Baixa por alienação de empresa	-	-	(10.947)	6.372
Complemento de provisão no exercício	19.066	24.226	28.434	36.992
Valores baixados da provisão	(27.869)	(15.044)	(33.882)	(24.846)
Saldo no final do exercício	79.712	88.515	102.123	118.518

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluída. Em 31 de dezembro de 2018 havia a exceção do distribuidor da controlada Bematech Hardware que representava cumulativamente 5,5% das contas a receber líquido consolidado, sendo que em 31 de dezembro de 2019 os ativos foram baixados por alienação conforme nota 5. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

9. Estoques

A composição de estoques de R\$41.531 em 31 de dezembro de 2018 é formada exclusivamente pela controlada Bematech Hardware, operação alienada no exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

10. Tributos a recuperar

A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar para os exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS (a)	-	-	-	6.284
Imposto de renda a compensar (b)	11.526	10.805	17.581	18.172
Contribuição social a compensar (b)	9.367	12.490	11.170	13.764
Outros	-	19	911	833
Total	20.893	23.314	29.662	39.053
Circulante	20.893	23.314	29.662	38.817
Não circulante	-	-	-	236

- (a) Os créditos acumulados de ICMS da controlada Bematech Hardware, operação que foi alienada em 2019, conforme nota 5.
- (b) Referem-se aos créditos de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte do ano corrente e créditos de imposto de renda e contribuição social a compensar de exercícios anteriores, bem como pagamentos das estimativas do ano corrente.

11. Tributos sobre o lucro

11.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes da tributação	261.955	141.516	324.027	184.676
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(89.065)	(48.115)	(110.169)	(62.790)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	39.417	26.952	(84)	43
Lei 11.196/05 - Incentivo à P&D (a)	6.973	9.154	12.420	12.839
Juros sobre o capital próprio	26.619	9.447	27.228	9.889
Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas	-	-	(11.934)	(7.162)
Custo de Captação	9.840	-	9.840	-
Participação de administradores	(1.732)	(1.075)	(1.732)	(1.089)
PAT	244	50	887	676
Outros	(1.187)	(1.289)	3.433	653
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(8.891)	(4.876)	(70.111)	(46.941)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.357)	(3.180)	(54.628)	(41.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.466	(1.696)	(15.483)	(4.963)
Taxa efetiva	3,4%	3,4%	21,6%	25,4%

(a) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

11.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	63.563	71.620
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Diferença entre base fiscal e contábil de ágio	12.102	21.308	30.502	43.531
Benefício fiscal pela amortização de ágio	(96.145)	(86.828)	(145.736)	(132.612)
Alocação de intangíveis	(5.708)	(13.491)	(12.073)	(20.835)
Alocação de intangíveis – após Lei 12.973	17.147	13.334	17.147	13.334
Provisão para comissões	14.789	12.426	16.566	14.099
Receitas ou faturamentos antecipados	9.211	5.253	10.336	9.705
Provisão para perda esperada	27.102	30.095	32.474	36.285
Provisão para contingências e outras obrigações	39.461	40.045	44.717	43.447
Provisão de fornecedores	9.610	7.902	12.432	10.396
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	-	14.760
Provisão para remuneração baseado em ações	8.530	5.550	8.898	5.720
Ajustes a valor presente	3.055	2.766	5.142	4.803
Outras	11.176	7.485	16.412	10.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	50.330	45.845	100.380	125.124

A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante.

A seguir, está descrita a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Início do exercício	45.845	44.889	125.124	104.715
Despesa da demonstração de resultado	6.466	(1.696)	(15.483)	(4.963)
Outros resultados abrangentes	-	890	-	890
Saldo inicial do CPC 06 (R2) e CPC's 47 e 48	(1.980)	1.765	(2.203)	3.466
Baixa por alienação de empresas	-	-	(7.060)	20.885
Outros	(1)	(3)	2	131
Final do exercício	50.330	45.845	100.380	125.124

11.3. Estimativa de realização dos tributos diferidos

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante nos seguintes períodos:

	Controladora	Consolidado
2020	79.960	97.220
2021	14.571	53.032
2022	14.581	37.591
2023	10.350	22.839
2024	9.865	18.286
2025 em diante	17.148	17.148
	146.475	246.116
Benefício fiscal do ágio (a)	(96.145)	(145.736)
Ativo de imposto diferido, líquido	50.330	100.380

- (a) Refere-se ao montante de tributo diferido passivo relativo ao benefício fiscal de ágio amortizado sem prazo definido de realização e imposto diferido sobre a provisão para perda de valor recuperável, uma vez que sua realização se dará somente mediante venda ou baixa dos investimentos ou dos ágios que geraram o referido benefício fiscal.

Durante o exercício finalizado em 31 de dezembro de 2019, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitação para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos no prazo de 10 anos.

12. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes, dos quais os saldos entre Controladora e controladas são eliminados para fins de consolidação.

12.1. Créditos e obrigações com controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas que não influenciaram o resultado dos exercícios, são assim demonstrados:

	Controladora			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ciashop (i)	-	-	2.484	-
TOTVS Serviços (ii)	-	-	1.472	-
Outros	12	-	-	24
Total	12	-	3.956	24

- (i) Com a venda da empresa Ciashop, o mutuo assumido por terceiros não é mais parte relacionada do grupo e foi reclassificado para rubrica de “Outros ativos”.
- (ii) Em 31 de julho de 2019 a subsidiária TOTVS Serviços foi incorporada pela também subsidiária TOTVS Large conforme nota 2.3.

Os valores de contas a pagar e receber entre empresas controladas referem-se às operações de conta corrente de curto prazo, sem remuneração. Não ocorreram operações relevantes que transitaram no resultado entre as empresas do grupo.

12.2. Transações ou relacionamentos com acionistas e pessoal-chave da administração

A Companhia mantinha contratos de locação de imóveis com empresas, em que parte dos sócios também compõem o quadro acionário da TOTVS, de forma direta ou indireta.

O valor do pagamento de aluguel e condomínios com partes relacionadas, incluindo a nova sede, reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$25.442 (R\$25.328 em 31 de dezembro de 2018). Todos os contratos de aluguéis com partes relacionadas são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses. No dia 04 de dezembro de 2019, o contrato de aluguel da sede da Companhia deixou de configurar como parte relacionada, visto que a VIP VII – Empreendimentos e Participações S.A. teve sua composição societária alterada e não pertence mais a acionistas e administradores da TOTVS.

Esses acionistas e administradores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 15,04% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2019 (17,6% em 31 de dezembro de 2018), sendo a participação indireta realizada por meio da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia ainda incorreu com despesas e receitas de pequeno valor ao longo do ano com partes relacionadas onde o montante total de dispêndios de R\$409 e recebimentos no valor de R\$183.

12.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos administradores da Companhia são resumidas como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Salários, honorários e encargos sociais (i)	12.035	14.106
Benefícios diretos e indiretos	943	1.123
Bônus variáveis (ii)	5.334	3.161
Pagamentos com base em ações	8.573	3.725
	26.885	22.115

- (i) Contempla pagamento de acordo de não competição de desligados.
- (ii) Contempla a provisão do valor estimado de bônus discricionário para 2019 que será realizado mediante cumprimento de metas individuais de performance.

Adicionalmente, são concedidos à alguns administradores veículos que são renovados cada 3 anos. A despesa de depreciação de veículos concedidos aos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$669 (R\$ 590 em 31 de dezembro de 2018).

13. Outros ativos

A seguir apresentamos a composição de outros ativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas antecipadas	40.038	38.515	41.072	41.863
Mútuo com franquias	24.703	17.668	24.703	21.689
Adiantamento a funcionários	8.366	7.444	8.862	8.431
Adiantamento a fornecedores	678	1.331	1.053	1.535
Dividendos a receber	-	2.174	-	-
Valores a receber pela venda de investimentos (i)	16.716	2.531	37.619	3.234
Outros ativos	3.036	3.556	4.270	6.128
	93.537	73.219	117.579	82.880
Ativo circulante	36.618	52.288	60.184	56.540
Ativo não circulante	56.919	20.931	57.395	26.340

(i) Inclui o valor a receber pela venda da Ciashop conforme comentado na nota 5.

14. Investimentos

Os investimentos da Companhia e suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas estão a seguir apresentados:

	Informações Contábeis resumidas das coligadas, controladas em conjunto e controladas em 31 de dezembro de 2019					Equivalência Patrimonial (controladora) dos exercícios findos em:		Saldo de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio	Receita	Resultado	2019	2018	2019	2018
TOTVS Large (i)	484.106	52.640	431.466	143.644	(5.577)	24.816	(2.370)	490.215	493.626
TOTVS Tecnologia	151.978	18.724	133.254	147.401	44.529	44.529	26.487	133.254	143.487
TTS	268.362	4.103	264.259	28.279	9.052	9.052	7.670	264.259	75.188
TOTVS Serviços	-	-	-	117.406	27.310	27.310	29.699	-	49.055
TOTVS Inc.	76.759	4.093	72.666	352	(21.299)	(21.299)	(16.318)	72.666	72.030
Neolog (i)	4.805	1.817	2.988	13.414	2.162	(523)	(1.070)	17.677	18.920
TOTVS Hospitality	43.415	11.027	32.388	57.763	7.895	5.858	2.439	24.030	17.876
VT Digital	320	46	274	69	54	54	137	274	5.132
Ciashop	-	-	-	5.790	(42)	(29)	(855)	-	5.323
TOTVS México	10.436	6.982	3.454	24.066	(9.395)	(9.395)	(7.894)	3.454	4.571
TOTVS Argentina	11.289	7.576	3.713	35.040	(1.322)	(1.322)	3.399	3.713	5.027
TFS	48.894	18.582	30.312	122.527	25.667	25.667	24.235	30.311	30.017
Datasul Argentina	-	-	-	-	-	-	(58)	-	-
NCC	-	-	-	-	-	-	-	65	65
						104.718	65.501	1.039.918	920.317

(i) O ágio das adquiridas estão apresentados na composição do Investimento na controladora. A diferença entre o resultado das adquiridas e o saldo de equivalência patrimonial refere-se a amortização dos intangíveis alocados na determinação do valor justo dos ativos das respectivas adquiridas.

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Equivalência patrimonial						Baixa por venda ou incorporação	Variação Cambial/ Inflação (ii)	Saldo inicial CPC 06(R2) (i)	2019
	2018	Adição/ (Redução)	Dividen- dos	Equivalência Patrimonial	Amort. de PPA	Total				
TOTVS Large	493.626	(29.363)	-	34.213	(9.397)	24.816	1.105	(72)	103	490.215
TOTVS Tecnologia	143.487	(46.762)	(8.000)	44.529	-	44.529	-	-	-	133.254
TTS	75.188	180.019	-	9.052	-	9.052	-	-	-	264.259
TOTVS Serviços	49.055	-	(30.200)	27.310	-	27.310	(46.165)	-	-	-
TOTVS Inc.	72.030	19.403	-	(21.299)	-	(21.299)	-	2.532	-	72.666
Neolog	18.920	-	(741)	1.297	(1.820)	(523)	-	-	21	17.677
TOTVS Hospitality	17.876	-	-	5.858	-	5.858	-	-	296	24.030
VT Digital	5.132	(4.446)	(151)	54	-	54	(315)	-	-	274
Ciashop	5.323	-	-	(29)	-	(29)	(5.294)	-	-	-
TOTVS México	4.571	8.455	-	(9.395)	-	(9.395)	-	(177)	-	3.454
TOTVS Argentina	5.027	-	-	(1.322)	-	(1.322)	-	8	-	3.713
TFS	30.017	217	(25.590)	25.667	-	25.667	-	-	-	30.311
NCC	65	-	-	-	-	-	-	-	-	65
Soma Investimentos	920.317	127.523	(64.682)	115.935	(11.217)	104.718	(50.669)	2.291	420	1.039.918

	Equivalência Patrimonial						Variação Cambial/ Inflação (ii)	Saldo inicial CPC 47/48 (i)	Op. Descontinu- ada	2018
	2017	Adição	Dividen- dos	Equivalência Patrimonial	Amort. de PPA	Total				
TOTVS Large	547.330	23.596	(627)	7.469	(9.839)	(2.370)	9.955	(7.165)	(77.093)	493.626
TOTVS Brasília	138.692	(9.134)	(11.361)	26.487	-	26.487	-	(1.197)	-	143.487
TOTVS Nordeste	67.908	(460)	-	7.670	-	7.670	-	70	-	75.188
TOTVS Serviços	20.725	-	(1.395)	29.699	-	29.699	-	26	-	49.055
TOTVS Inc.	59.801	18.159	-	(16.318)	-	(16.318)	10.388	-	-	72.030
Neolog	20.681	-	(689)	987	(2.057)	(1.070)	1	(3)	-	18.920
TOTVS Hospitality	10.461	-	-	2.439	-	2.439	(1)	4.977	-	17.876
TOTVS Ventures	10.756	(5.760)	-	137	-	137	(1)	-	-	5.132
Ciashop	5.334	871	-	1.019	(1.874)	(855)	(1)	(26)	-	5.323
TOTVS México	5.472	6.494	-	(7.894)	-	(7.894)	871	(372)	-	4.571
TOTVS Argentina	4.624	346	-	3.399	-	3.399	(2.497)	(845)	-	5.027
Datasul Argentina	62	-	-	(58)	-	(58)	(4)	-	-	-
TFS	799	4.990	-	24.235	-	24.235	1	(8)	-	30.017
NCC	38	27	-	-	-	-	-	-	-	65
Soma Investimentos	892.683	39.129	(14.072)	79.271	(13.770)	65.501	18.712	(4.543)	(77.093)	920.317

- (i) Impacto no patrimônio líquido das controladas em 1 de janeiro de 2018 e 1 de janeiro de 2019 referentes a adoção inicial do IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9 /CPC 48 e IFRS 16/CPC 06(R2), respectivamente.
- (ii) Inclui o ajuste por inflação das subsidiárias na Argentina.

15. Imobilizado

O imobilizado da Companhia é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora							Total do Imobilizado
	Computadores	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso de imóveis (i)	Outros	
Custo								
Saldos em 2017	153.344	9.428	21.572	25.980	73.082	-	7.037	290.443
Adições	34.242	5.289	940	704	17.886	-	2.829	61.890
Transferências	2.131	107	555	(162)	(4.606)	-	1.273	(702)
Baixas	(5.621)	(4.623)	(190)	(119)	(263)	-	(6)	(10.822)
Saldos em 2018	184.096	10.201	22.877	26.403	86.099	-	11.133	340.809
Saldo inicial do IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	217.111	-	217.111
Adições	26.225	4.597	3.612	443	3.589	19.861	173	58.500
Transferências	(3.191)	199	329	-	4.065	-	(1.402)	-
Baixas	(13.463)	(4.233)	(965)	(20)	(3.633)	-	(31)	(22.345)
Saldos em 2019	193.667	10.764	25.853	26.826	90.120	236.972	9.873	594.075
Depreciação								
Saldos em 2017	(86.177)	(3.885)	(8.875)	(8.667)	(16.162)	-	(2.843)	(126.609)
Depreciação no exercício	(25.582)	(3.417)	(2.985)	(3.210)	(8.622)	-	(1.530)	(45.346)
Transferências	29	-	(30)	(24)	-	-	(1)	(26)
Baixas	5.465	3.336	107	60	56	-	6	9.030
Saldos em 2018	(106.265)	(3.966)	(11.783)	(11.841)	(24.728)	-	(4.368)	(162.951)
Depreciação no exercício	(27.107)	(3.388)	(3.082)	(3.127)	(10.358)	(32.075)	(2.192)	(81.329)
Transferências	-	-	(60)	-	60	-	-	-
Baixas	12.918	3.068	912	13	3.619	-	14	20.544
Saldos em 2019	(120.454)	(4.286)	(14.013)	(14.955)	(31.407)	(32.075)	(6.546)	(223.736)
Valor residual								
Saldos em 2019	73.213	6.478	11.840	11.871	58.713	204.897	3.327	370.339
Saldos em 2018	77.831	6.235	11.094	14.562	61.371	-	6.765	177.858
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	10% a 25%	6,7% a 25%	10% a 33%	10% a 33%	20%	-

Consolidado

	Computado res	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, maquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso de imóveis (i)	Outros	Total do Imobilizado
Custo								
Saldos em 2017	165.289	11.205	25.024	39.548	81.577	-	7.619	330.262
Adições	37.691	5.832	1.777	1.816	22.294	-	3.169	72.579
Transferências	7.615	238	3.096	(6.495)	(2.164)	-	1.128	3.418
Baixas	(7.192)	(4.660)	(1.393)	(717)	(1.120)	-	14	(15.068)
Variação cambial	1.138	141	357	225	413	-	(3)	2.271
Saldos em 2018	204.541	12.756	28.861	34.377	101.000	-	11.927	393.462
Saldo inicial do IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	236.820	-	236.820
Adições	27.353	5.256	3.774	459	3.589	25.453	218	66.102
Transferências	(2.712)	199	376	(504)	4.065	-	(1.382)	42
Baixas	(16.940)	(5.607)	(1.868)	(611)	(4.405)	(4.172)	(52)	(33.655)
Baixa por alienação de empresa	(3.162)	(763)	(1.427)	(5.519)	(4.479)	(5.645)	(173)	(21.168)
Variação cambial	80	54	43	4	96	(460)	1	(182)
Saldos em 2019	209.160	11.895	29.759	28.206	99.866	251.996	10.539	641.421
Depreciação								
Saldos em 2017	(94.352)	(4.923)	(11.265)	(11.789)	(22.876)	-	(3.035)	(148.240)
Depreciação no exercício	(28.122)	(3.821)	(3.550)	(5.320)	(11.044)	-	(982)	(52.839)
Transferências	(4.015)	54	(969)	(26)	788	-	20	(4.148)
Baixas	7.099	3.444	1.089	476	411	-	(46)	12.473
Variação cambial	(1.047)	(96)	(300)	(45)	(396)	-	2	(1.882)
Saldos em 2018	(120.437)	(5.342)	(14.995)	(16.704)	(33.117)	-	(4.041)	(194.636)
Depreciação no exercício	(28.977)	(4.293)	(3.447)	(3.261)	(11.906)	(37.572)	(1.875)	(91.331)
Transferências	(452)	-	(94)	460	60	-	(16)	(42)
Baixas	16.077	4.685	1.444	472	4.264	855	33	27.830
Baixa por alienação de empresa	1.985	107	396	3.147	440	-	52	6.127
Variação cambial	(16)	7	(25)	(4)	(81)	181	1	63
Saldos em 2019	(131.820)	(4.836)	(16.721)	(15.890)	(40.340)	(36.536)	(5.846)	(251.989)
Valor residual								
Saldos em 2019	77.340	7.059	13.038	12.316	59.526	215.460	4.693	389.432
Saldos em 2018	84.104	7.414	13.866	17.673	67.883	-	7.886	198.826
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	20% a 33%	10% a 25%	6,7% a 25%	10% a 33%	10% a 33%	20%	

- (i) A linha de adição inclui a atualização anual dos aluguéis aplicados ao direito de uso conforme indexador estabelecido no contrato. A Companhia aplicou exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel no valor de R\$1.246 na Controladora e R\$1.965 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019.

Anualmente a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não houve nada que indicasse alguma mudança.

16. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

Controladora						
	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Outros (i)	Ágio	Total do Ativo Intangível
Custo ou avaliação						
Saldos em 2017	324.854	63.149	212.980	18.750	280.308	900.041
Adições	14.006	-	-	-	-	14.006
Transferências	730	-	-	-	-	730
Saldos em 2018	339.590	63.149	212.980	18.750	280.308	914.777
Adições	17.448	-	3.554	-	-	21.002
Baixas	(6.989)	(2.151)	(166)	(123)	-	(9.429)
Saldos em 2019	350.049	60.998	216.368	18.627	280.308	926.350
Amortização						
Saldos em 2017	(225.134)	(39.623)	(200.446)	(18.511)	-	(483.714)
Amortização do exercício	(33.614)	(4.202)	(10.373)	(239)	-	(48.428)
Saldos em 2018	(258.748)	(43.825)	(210.819)	(18.750)	-	(532.142)
Amortização do exercício	(31.875)	(4.200)	(942)	-	-	(37.017)
Baixas	6.989	2.151	166	123	-	9.429
Saldos em 2019	(283.634)	(45.874)	(211.595)	(18.627)	-	(559.730)
Valor residual						
Saldos em 2019	66.415	15.124	4.773	-	280.308	366.620
Saldos em 2018	80.842	19.324	2.161	-	280.308	382.635
Taxas médias de amortização anual	10% a 20%	6,7% a 8%	10% a 12,5%	10% a 50%		

Consolidado							
	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	P&D	Outros (i)	Ágio	Total do Ativo Intangível
Custo ou avaliação							
Saldos em 2017	370.495	99.622	360.892	28.641	49.526	654.047	1.563.223
Adições	14.621	221	-	1	-	8.378	23.221
Transferências	730	-	-	(534)	534	-	730
Baixas	(1.236)	(5)	(162)	(1)	(212)	-	(1.616)
Variação cambial	288	994	-	-	-	6.379	7.661
Saldos em 2018	384.898	100.832	360.730	28.107	49.848	668.804	1.593.219
Adições	17.504	-	3.554	-	-	-	21.058
Baixas	(7.139)	(11.059)	(166)	(721)	(123)	-	(19.208)
Baixa por alienação de empresa	(5.482)	(6.494)	-	(13.496)	-	(2.862)	(28.334)
Variação cambial	14	-	-	-	-	-	14
Saldos em 2019	389.795	83.279	364.118	13.890	49.725	665.942	1.566.749
Amortização							
Saldos em 2017	(254.757)	(54.590)	(240.105)	(3.827)	(48.976)	-	(602.255)
Amortização do exercício	(42.200)	(7.483)	(21.216)	(8.611)	(865)	-	(80.375)
Baixas	1.236	5	162	1	212	-	1.616
Provisão para perda de valor recuperável	-	(218)	-	(10.389)	-	(43.611)	(54.218)
Variação cambial	(155)	(704)	-	-	-	-	(859)
Saldos em 2018	(295.876)	(62.990)	(261.159)	(22.826)	(49.629)	(43.611)	(736.091)
Amortização do exercício	(36.032)	(5.157)	(11.723)	(2.716)	(74)	-	(55.702)
Baixas	7.135	4.185	166	721	123	-	12.330
Baixa por alienação de empresa	2.338	4.730	-	16.349	-	-	23.417
Variação cambial	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Saldos em 2019	(322.441)	(59.232)	(272.716)	(8.472)	(49.580)	(43.611)	(756.052)
Valor residual							
Saldos em 2019	67.354	24.047	91.402	5.418	145	622.331	810.697
Saldos em 2018	89.022	37.842	99.571	5.281	219	625.193	857.128
Taxas médias de amortização anual	10% a 20%	6,7% a 8%	10% a 12,5%	20%	10% a 50%		

- (i) Contempla basicamente direito de não concorrência oriundos de alocação de preço de compra das combinações de negócios.

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

16.1. Ágios nas combinações de negócios

A composição e a movimentação dos ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são apresentadas conforme segue:

	2017	Variação Cambial (i)	Adição / (baixa)	2018	Adição / (baixa)	2019
Bematech	255.927	6.379	(43.611)	218.695	1.603	220.298
RM	90.992	-	-	90.992	-	90.992
W&D	64.070	-	-	64.070	-	64.070
Virtual Age	46.497	-	-	46.497	-	46.497
RMS	35.740	-	-	35.740	-	35.740
SRC	33.688	-	-	33.688	-	33.688
Datasul	30.084	-	-	30.084	-	30.084
Gens FDES	16.340	-	-	16.340	-	16.340
Seventeen	15.463	-	-	15.463	-	15.463
TOTVS Agroindústria	13.128	-	-	13.128	-	13.128
Neolog	12.565	-	-	12.565	-	12.565
BCS	11.821	-	-	11.821	-	11.821
Passlack (ii)	-	-	8.378	8.378	-	8.378
TotalBanco	6.008	-	-	6.008	-	6.008
Logo Center	5.703	-	-	5.703	-	5.703
Ciashop (iii)	4.465	-	-	4.465	(4.465)	-
Outros	11.556	-	-	11.556	-	11.556
	654.047	6.379	(35.233)	625.193	(2.862)	622.331

(i) Variação cambial de *Goodwill* registrado em controlada no exterior.

(ii) Ágio gerado na aquisição da Passlack, ver nota 4.

(iii) Baixa por alienação da empresa em 31 de julho de 2019, conforme mencionado na nota 5.

16.2. Análise do valor recuperável de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa (UGC), representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes. Com a venda da operação de hardware e a subsidiária Ciashop durante o exercício de 2019, a Companhia segue a estratégia de concentrar seus esforços no negócio de software mantendo as seguintes unidades geradoras de caixa: TOTVS e Neolog.

Ainda dentro da mesma estratégia de concentrar seus esforços na operação de software, a Companhia consolidou a UGC de Mercado Internacional, que em 2018 era apresentada separadamente, uma vez que esta operação segue as diretrizes estratégicas do principal mercado da Companhia, o brasileiro, adaptadas à realidade de cada país, além do fato desta operação não possuir ágio alocado.

As premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso e sensibilidade são:

- Margens brutas – as receitas foram projetadas entre 2020 e 2024, considerando o crescimento da base de clientes e plano de negócio das duas Unidades Geradoras de Caixa, enquanto que os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações. Um aumento ou redução na projeção das margens brutas em 0,5 p.p. para cada unidade geradora de caixa resultaria em um valor recuperável acima do valor contábil.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas de cada UGC. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 11,7% a.a. (pre-tax) para cada unidade geradora de caixa. Um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 p.p. para cada unidade geradora de caixa resultaria em um valor recuperável acima do valor contábil.
- Perpetuidade - as taxas de crescimento nominais utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019, além do período de 5 anos, variaram de 3,5% a 5,5%. Um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 1 p.p. para cada unidade geradora de caixa resultaria em um valor recuperável acima do valor contábil.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Em 2018, o teste anual de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, resultou em uma provisão para perda de R\$87.023 na unidade geradora de caixa da Bematech Hardware, que foi alienada em 24 de outubro de 2019.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	21.090	19.332	28.810	27.600
Férias a pagar	55.976	58.568	76.235	81.704
Participação nos resultados e bônus	40.710	23.109	51.107	30.492
IRRF a recolher	13.291	12.303	17.600	16.552
Passivo atuarial por plano de saúde e benefícios por aposentadoria (i)	2.024	1.287	2.024	1.287
Outros	1.703	1.675	4.106	2.982
	134.794	116.274	179.882	160.617
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	4.525	4.581	6.062	6.203
INSS a pagar	5.080	5.088	7.528	8.054
	9.605	9.669	13.590	14.257
	144.399	125.943	193.472	174.874

- (i) Referem-se a provisão atuarial para plano de assistência médica dos participantes que contribuíram ou ainda contribuem com parcelas fixas para custeio do plano e que terão direito a permanecer no plano após aposentadoria.

18. Obrigações fiscais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos de obrigações fiscais são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações Fiscais				
CPRB a recolher	14.221	12.041	17.552	14.583
ISS a recolher	7.628	5.376	9.588	7.268
PIS e COFINS a recolher	15.484	12.487	18.486	15.589
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.238	4.632
IR e CSLL retido na fonte	796	880	2.677	3.677
Outros tributos	2.063	1.793	2.662	1.717
Total	40.192	32.577	55.203	47.466

19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas transações e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos das transações) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
BNDES PROSOFT	TJLP + 1,5% a 1,52% a.a.	-	129.194	3.232	137.940
BNDES PSI	3,5% a 4,0% a.a.	-	12.197	2.227	18.224
Arrendamentos	8,55% a 17,24% a.a (i)	230.108	42.087	241.340	42.189
BNDES – Social	TJLP	-	714	-	714
BNDES Inovação	TJLP + 0,52% a.a.	-	-	888	2.404
Contas garantidas e outras		-	-	16	-
		230.108	184.192	247.703	201.471
Passivo circulante		44.322	155.278	55.623	166.154
Passivo não circulante		185.786	28.914	192.080	35.317

- (i) As taxas para os arrendamentos de direito de uso de imóveis variam entre 8,55% a 10,16% (taxa nominal de juros) e 15,12% a 17,24% para arrendamento de direito de uso de equipamentos eletrônicos.

A Companhia e a controlada TOTVS Large possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	13.173	-	19.583
2020	-	15.741	-	15.734
2021	33.120	-	36.628	-
2022	32.032	-	33.834	-
2023 em diante	120.634	-	121.618	-
Passivo não circulante	185.786	28.914	192.080	35.317

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do ano	184.192	374.074	201.471	402.556
Arrendamentos – IFRS 16/CPC 06 (R2)	217.111	-	236.470	-
Adições	27.517	4.712	33.107	4.712
Juros Incorridos	19.295	25.396	21.318	26.885
Amortização de juros	(19.363)	(24.577)	(20.639)	(26.004)
Amortização de principal	(198.644)	(195.413)	(214.506)	(206.678)
Baixa na alienação de empresas	-	-	(5.463)	-
Baixa de arrendamento de direito de uso	-	-	(4.055)	-
Saldo no final do ano	230.108	184.192	247.703	201.471

a) Arrendamentos

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A seguir apresentamos as obrigações brutas de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arredamento				
Menos de um ano	55.050	13.173	60.304	13.227
Mais de um ano e menos de cinco anos	150.524	36.203	157.011	36.262
Mais de cinco anos	63.460	-	63.460	-
	269.034	49.376	280.775	49.489
Encargos de financiamento futuro sobre arrendamentos	(38.926)	(7.289)	(39.435)	(7.300)
Valor presente das obrigações de arrendamento	230.108	42.087	241.340	42.189
Passivo circulante	44.322	13.173	49.260	13.228
Passivo não circulante	185.786	28.914	192.080	28.961

20. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado	
				2019	2018
Série única	200.000	105,95% do CDI	1,00 (a)(i)	202.973	203.431
		Prêmio por não conversão	(b)	-	73.757
		Total		202.973	277.188
		Passivo circulante		202.973	77.319
		Passivo não circulante		-	199.869

- (i) O valor da emissão de debêntures está apresentado líquido do custo de transação no valor de R\$175 em 31 de dezembro de 2019 (R\$306 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação nos períodos considerados ocorreu como demonstrado:

Debêntures e Prêmio de Não Conversão	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do ano	277.188	269.138
Juros incorridos	21.987	21.734
(-) Amortizações de juros	(13.124)	(13.684)
(-) Pagamento do Prêmio de não conversão	(83.078)	-
Saldo no final do ano	202.973	277.188

a) Emissão de Debêntures

Em 6 de setembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a captação de R\$200.000 por meio de emissão de 200.000 debêntures simples da Companhia com valor nominal de R\$1, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, que foi objeto de distribuição pública com esforços restritos.

A data de emissão das debêntures para fins legais foi em 15 de setembro de 2017. As debêntures vencerão em 15 de setembro de 2020, ressalvadas hipóteses de vencimento antecipado.

Sobre o valor nominal das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). Os juros terão vencimentos semestrais, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de março de 2018.

b) Prêmio de não conversão das debêntures emitidas em 2008

Em caso de não conversão das debêntures emitidas em 2008 da Companhia, os debenturistas fizeram jus a um prêmio de não conversão sendo: (i) 1ª série, será o valor equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e os juros efetivamente pagos; (ii) 2ª série será juros 3,5% ao ano.

O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série foi corrigido pelo IPCA, acrescido de 8,0% ao ano, enquanto que o da 2ª série foi corrigido pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano. O prêmio de não conversão foi pago em 19 de agosto de 2019 em espécie, uma vez que nenhum dos debenturistas optou por receber em ações ordinárias.

21. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado ou retidos para garantias. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RMS	-	-	1.930	13.920
Virtual Age	15.187	15.293	15.187	15.293
RJ Participações	-	-	8.772	17.542
Neolog	7.187	7.187	7.187	7.187
Bematech Sistemas	-	-	-	7.256
Seventeen	3.039	2.873	3.039	2.873
Datasul MG	4.695	4.429	4.695	4.429
Ciashop	-	366	-	366
Outros	385	604	2.502	6.195
Total	30.493	30.752	43.312	75.061
Passivo circulante	30.493	30.752	32.554	59.597
Passivo não circulante	-	-	10.758	15.464

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as obrigações por aquisição de investimentos possuíam contas garantidas compostas por operações de CDB nos montantes mencionados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Garantias de investimentos no circulante	23.217	23.477	25.278	44.909
Garantias de investimentos não circulante	-	-	1.987	5.334
Total	23.217	23.477	27.265	50.243

22. Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais

22.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia e de suas controladas.

O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	5.797	2.337	7.671	2.946
Trabalhistas	78.848	88.394	87.988	94.832
Cíveis	31.416	27.049	35.862	30.014
	116.061	117.780	131.521	127.792

A seguir, o resumo das principais ações prováveis em andamento.

Tributárias

Os processos classificados como de perda provável de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia e suas controladas entendem indevidos. Os valores classificados como de perda provável dessas ações totalizam R\$7.671 consolidado, em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.946 em 31 de dezembro de 2018), não havendo nenhum processo de valor individualmente relevante.

Trabalhistas

Os processos trabalhistas classificados como de perda provável se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2019, as ações trabalhistas cujos valores atualizados são considerados individualmente relevantes são:

- (i) Ação movida no ano de 2000, na qual um ex-executivo comercial requer o pagamento de verbas trabalhistas inclusive diferenças de comissões. Ação foi proposta contra empresa incorporada pela TOTVS e teve seu desfecho em dezembro de 2019 (R\$4.403 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Ação movida em 2003 por ex-executivo comercial de empresa cujo controle acionário pertenceu à Datasul, antes de ser incorporada pela TOTVS. A TOTVS alega sua ilegitimidade de parte e a ação está em fase de execução, com valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$5.501 (R\$4.224 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Ação movida no ano de 2015, na qual um ex-empregado requer o pagamento de verbas trabalhistas inclusive diferenças salariais. Em 10 de julho de 2019 houve decisão desfavorável que resultou no pagamento do valor incontroverso da ação, remanescendo provisão de R\$ 1.569 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.348 em 31 de dezembro de 2018).

Outros processos classificados como de perda provável de natureza trabalhista totalizam R\$80.918 em 31 de dezembro de 2019 (R\$94.832 em 31 de dezembro de 2018), não havendo nenhum outro processo de valor individualmente relevante.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Dentre os processos individualmente relevantes destacam-se:

- (i) Ação cível movida por cliente que alega supostos problemas relacionados ao produto implementado, que teria ocasionado danos diretos e indiretos. O montante pleiteado atualizado em 31 de dezembro de 2019 com prognóstico provável é de R\$13.680 (R\$9.578 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou recurso quanto ao mérito da condenação, bem como, o valor nela envolvido.

Os valores classificados como de perda provável das demais ações totalizam R\$22.182 em 31 de dezembro de 2019 (R\$20.436 em 31 dezembro de 2018), não havendo outros processos individualmente relevantes.

a) Movimentação das provisões

A seguir apresentamos a movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.257	73.762	34.763	110.782
(+) Complemento de provisões	1.289	51.875	14.544	67.708
(+) Atualização monetária	539	6.789	4.091	11.419
(-) Reversão de provisão não utilizada	(490)	(16.889)	(2.738)	(20.117)
(-) Baixa por pagamentos	(1.258)	(27.143)	(23.611)	(52.012)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.337	88.394	27.049	117.780
(+) Complemento de provisões	4.795	50.110	16.575	71.480
(+) Atualização monetária	596	7.393	2.835	10.824
(-) Reversão de provisão não utilizada	(937)	(17.248)	(5.543)	(23.728)
(-) Baixa por pagamentos	(994)	(49.801)	(9.500)	(60.295)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.797	78.848	31.416	116.061

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.827	78.945	35.998	117.770
(+) Complemento de provisões	1.460	54.984	16.504	72.948
(+) Atualização monetária	578	7.412	4.295	12.285
(-) Reversão de provisão não utilizada	(490)	(18.718)	(3.163)	(22.371)
(-) Baixa por pagamentos	(1.429)	(27.791)	(23.620)	(52.840)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.946	94.832	30.014	127.792
(+) Complemento de provisões	6.014	57.993	18.614	82.621
(+) Atualização monetária	667	7.906	3.276	11.849
(-) Reversão de provisão não utilizada	(963)	(18.570)	(6.409)	(25.942)
(-) Baixa por pagamentos	(993)	(53.918)	(9.626)	(64.537)
(-) Baixa por alienação de empresa	-	(255)	(7)	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.671	87.988	35.862	131.521

As provisões refletem a melhor estimativa corrente da administração e sua revisão contínua é fruto do monitoramento e controle de riscos da TOTVS. As provisões estão baseadas em análises atualizadas dos seus assessores legais externos e experiência adquirida quanto ao histórico de desfecho dos processos judiciais nos quais a Companhia figura como parte no polo passivo.

b) Depósitos judiciais

Abaixo, estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados nas demonstrações financeiras da Companhia como ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	11.833	8.320	21.554	17.755
Trabalhistas	22.677	30.241	28.552	34.794
Cíveis	14.132	12.610	14.953	13.416
	48.642	51.171	65.059	65.965

22.2. Contingências possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais, nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	109.268	118.507	137.180	154.953
Trabalhistas	77.458	151.820	90.509	160.326
Cíveis	255.345	295.108	271.647	315.507
	442.071	565.435	499.336	630.786

A seguir, o resumo das principais ações em andamento.

Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal em 2006, foi lavrado auto de infração por ter entendido que a Companhia teria realizado pagamentos para beneficiários não identificados, realizando o lançamento de IRRF sobre tais valores e identificou despesas supostamente não comprovadas, adicionando os valores respectivos ao lucro real. Houve impugnação do auto de infração com decisão parcialmente favorável em primeira instância e, atualmente aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pela empresa pelo Fisco em segunda instância administrativa. O montante atualizado para este processo era de R\$6.539 em 31 de dezembro de 2019 (R\$12.301 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2014 foi lavrado auto de infração contra a Companhia em razão de alegada responsabilidade solidária pelo pagamento de ICMS sobre saídas não tributadas por conta de ter instalado o software de controle de saídas no contribuinte (cliente). O fundamento para responsabilização solidária da TOTVS foi o fato de a Companhia ter instalado no contribuinte o software para controle de saídas de mercadorias. Houve impugnação ao auto de infração com decisão favorável à TOTVS e o processo foi encerrado em Maio de 2019 (R\$16.726 em 31 de dezembro de 2018).

Auto de infração lavrado pela Receita Federal exigindo IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS decorrentes de subvenção governamental concedida pelo Estado do Paraná relativamente aos anos de 2007 a 2009 da controlada Bematech. A ação foi julgada totalmente favorável à TOTVS em novembro de 2019. Em dezembro de 2018 o valor era de R\$26.345.

Em 2012, a Companhia realizou compensação dos débitos com saldo negativo de CSLL, mas as compensações foram integralmente glosadas. Aguarda-se julgamento pela 1ª instância administrativa da manifestação de inconformidade. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$12.081 (R\$11.478 em 31 de dezembro de 2018).

Execução Fiscal distribuída em 2002 com discussão de Contribuição Previdenciária decorrente de suposta terceirização referente ao período de 1995 a 1999. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso da Empresa e do Fisco em última instância judicial. Em razão da reclassificação do prognóstico de perda do processo, uma parte do valor passou a ser provisionado, deixando o possível com valor de R\$4.645 em dezembro de 2019 (R\$20.294 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2019, a Companhia foi autuada por suposto recolhimento a menor de ISS no ano calendário de 2014, sob a alegação de equívoco na atribuição das alíquotas dos serviços que presta, no montante de R\$16.366 avaliados com risco de perda possível. A Companhia apresentou defesa que está pendente de julgamento na primeira instância administrativa. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$18.802.

Em 2015, a Companhia recebeu execução fiscal para a cobrança de ISS no período de 1996 a 2001. Foram apresentados embargos alegando prescrição da cobrança e os autos estão aguardando o resultado da perícia judicial. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 10.755 (R\$ 9.608 em 31 de dezembro de 2018).

Os demais processos classificados como de perda possível de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia entende indevidos. Os valores dessas ações totalizam R\$84.456 em 31 de dezembro de 2019 (R\$77.809 em 31 de dezembro de 2018).

Trabalhistas

Os processos trabalhistas classificados como de perda possível se referem aos processos movidos por ex-empregados da Companhia requerendo créditos trabalhistas, bem como ex-empregados de empresas prestadoras de serviços pleiteando, tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais crédito trabalhistas.

A redução do passivo contingente de natureza trabalhista deu-se em razão do encerramento de processos, em especial de ação movida pelo sindicato questionando a aplicação de rotinas trabalhistas que foi julgada totalmente improcedente e cujo valor, atualizado em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 21.638.

Os valores das demais ações trabalhistas totalizam R\$90.509 em 31 de dezembro de 2019 (R\$160.326 em 31 de dezembro de 2018), não havendo outros processos individualmente relevantes.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Dentre os processos individualmente relevantes destacam-se:

(i) Ação de indenização por denúncia de contrato de representação comercial, cumulada com danos morais e materiais. O processo está na fase introdutória, sendo que do valor envolvido atualizado da ação avaliado com risco de perda possível é de R\$104.361 em 31 de dezembro de 2019 (R\$94.861 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Ação indenizatória por supostos danos morais e materiais movida em razão de problemas comerciais com ex franqueados. Em março de 2019, ocorreu uma sentença parcialmente favorável a TOTVS reduzindo os valores do possível, sendo que o montante atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.169 (R\$16.741 em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Ação cível movida por cliente que alega supostos problemas relacionados ao produto implementado, que teria ocasionado danos. A ação foi encerrada e liquidada em razão do acordo judicial firmado em dezembro de 2019 (R\$23.893 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores das demais ações totalizam R\$162.117 em 31 de dezembro de 2019 (R\$180.012 em 31 de dezembro de 2018), não havendo outros processos individualmente relevantes.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era composto por 192.637.727 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (165.637.727 em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrado abaixo:

Acionista	2019		2018	
	Ações	%	Ações	%
LC EH Participações e Empreendimentos S/A	26.760.990	13,89%	26.760.990	16,16%
GIC Private Limited	9.728.352	5,05%	559.200	0,34%
Itaú Unibanco S.A.	9.713.045	5,04%	466.622	0,28%
Laércio José de Lucena Cosentino	2.053.890	1,07%	2.186.091	1,32%
CSHG Senta Pua Fia	45.400	0,02%	45.400	0,03%
Outros	142.383.931	73,91%	133.433.333	80,56%
Ações em circulação	190.685.608	98,99%	163.451.636	98,68%
Ações em Tesouraria	1.952.119	1,01%	2.186.091	1,32%
Total em unidades	192.637.727	100,00%	165.637.727	100,00%

Em 16 de maio de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do limite de Capital autorizado para R\$2.500.000.

No dia 22 de maio de 2019 foi aprovado em Reunião do Conselho a fixação do preço por ação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária para emissão de ações ordinárias, no valor de R\$39,50 por ação no montante total de R\$1.066.500. Foi determinado que o preço por ação de R\$39,50 seria distribuído da seguinte forma: (i) R\$12,64 destinados ao capital social totalizando o montante de R\$341.280; e (ii) o saldo de R\$26,86 por ação destinados a formação de reserva de capital no montante de R\$725.220. Em razão do aumento de capital social foram emitidas 27.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo que o capital social passou de R\$1.041.229 dividido em 165.637.727 ações ordinárias para R\$1.382.509 dividido em 192.637.727 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Reserva de ágio (a)	795.538	99.260
Reserva de ágio por incorporação	14.330	14.330
Prêmio na aquisição de participação de não controladores	(25.518)	(25.518)
Debêntures convertidas em ações (valor justo)	44.629	44.629
Plano de remuneração baseado em ações (nota 25)	47.000	37.206
	875.979	169.907

- (a) A Reserva de ágio de 2018 no montante de R\$ 99.260 é composto por R\$ 31.557 referente a integralizações efetuadas em 2005 e R\$ 67.703 referente a reorganização societária com Bematech. Em 2019 houve aumento da reserva de ágio de R\$696.278 refere-se ao montante do aporte de capital destinado a reserva de capital de R\$725.220, líquidos dos custos para captação que somaram R\$28.942.

c) **Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte movimentação:

	Quantidade de ações (unidades)	Valor (em milhares)	Preço médio por ação (em reais)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.231.967	R\$71.495	R\$32,03
Utilizadas	(45.876)	(R\$1.469)	R\$32,03
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.186.091	R\$70.026	R\$32,03
Utilizadas	(233.972)	(R\$7.495)	R\$32,03
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.952.119	R\$62.531	R\$32,03

Durante o exercício finalizado em 31 de dezembro de 2019, a utilização de 233.972 ações em tesouraria pelo plano de outorga de opções de ações consumiu R\$3.785 da reserva de capital.

24. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 05 de agosto de 2019, o Conselho de Administração deliberou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio relativos ao 1º semestre de 2019 no valor de R\$36.224, com data de pagamento a partir do dia 10 de outubro de 2019.

Em 18 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração deliberou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio que serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 no valor de R\$43.857, com datas de pagamento a partir do dia 20 de maio de 2020.

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício da controladora	209.796	59.548
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(10.490)	(2.977)
Ajustes de adoção inicial de novos CPCs/IFRS	4.263	(7.968)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	203.569	48.603
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	50.892	14.143
Dividendos adicionais propostos pela Administração	54.006	31.620
Dividendos propostos pela Administração	104.898	45.763
Forma de pagamento:		
Juros sobre o capital próprio	80.081	27.785
Dividendos propostos	24.817	17.978
	104.898	45.763
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro	190.685.608	163.451.636
Dividendo e juros sobre o capital próprio por ação – em reais	0,55	0,28

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$44.579 em 31 de dezembro de 2019 (R\$13.902 em 31 de dezembro de 2018) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis. Portanto, estão sendo apresentadas em linhas distintas, demonstrando o efeito do imposto de renda.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva em linha especial na demonstração do patrimônio líquido.

A proposta de orçamento de capital de 2020 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo no montante de R\$98.671 da conta de reserva de retenção de lucros para as aplicações demonstradas abaixo:

<u>Aplicações:</u>	<u>2020</u>
Investimentos em ativos imobilizados e intangíveis	75.342
Investimentos em projetos estratégicos	23.329
Total das aplicações (não auditado)	98.671
<u>Fontes:</u>	
Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2019	98.671
Total das fontes	98.671

25. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

O Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia estabelece regras para que determinados participantes e administradores da TOTVS ou de outras sociedades sob o seu controle, possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética da Companhia, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente.

No plano vigente os beneficiários terão direito a ações restritas que estão divididas em três programas:

- (i) Ações restritas regulares: os participantes elegíveis terão direito de receber as ações restritas do Programa Regular ao final do período de carência. Durante o período de carência do Programa Regular, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem juros sobre capital próprio, relativos às Ações Restritas.
- (ii) Programa de sócios: os participantes elegíveis deste plano terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência, desde que o participante possua na data de outorga das Ações Restritas e mantenha, de forma contínua e ininterrupta, inclusive na data de entrega das Ações Restritas, o equivalente a 12 (doze) salários brutos fixos mensais investidos em Ações da Companhia. Durante o Período de Carência do Programa de Sócios, os Participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem juros sobre capital próprio, relativos às Ações Restritas.

- (iii) **Bônus discricionário em ações restritas:** ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá, com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários.

O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Outorgas					Premissas valor justo			
Data	Planos	Quantidade de ações restritas	Preço de exercício em reais	Valor justo das ações em reais	Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo de Maturidade
					Dividendos	Volatilidade		
20.02.15	Regular	225.425	R\$35,60	11,36	2,60%	29,61%	12,75%	3 anos
02.04.15	Regular	33.751	R\$35,60	12,12	2,60%	29,61%	13,00%	3 anos
18.03.16	Discricionário	272.142	-	28,37	2,80%	-	-	3 anos e 10 meses
20.02.17	Regular	72.289	-	23,54	2,60%	-	-	3 anos
20.02.17	Sócios	148.183	-	23,54	2,60%	-	-	3 anos
04.05.18	Regular	306.185	-	29,52	1,80%	-	-	3 anos
04.05.18	Sócios	355.565	-	29,52	1,80%	-	-	3 anos
26.11.18	Discricionário	24.345	-	25,19	1,80%	-	-	6 meses
26.11.18	Discricionário	24.345	-	24,94	1,80%	-	-	18 meses
26.04.19	Regular	630.460	-	38,48	1,40%	-	-	3 anos
26.04.19	Sócios	273.570	-	38,48	1,40%	-	-	3 anos

A movimentação das opções no exercício é demonstrada abaixo:

	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Opções de ações		Ações restritas	Total de Instrumentos Patrimoniais	Opções de ações		Ações restritas	Total de Instrumentos Patrimoniais
	Preço Médio (em reais)	Quantidade (em unidades)			Preço Médio (em reais)	Quantidade (em unidades)		
Saldo - início do exercício	34,11	212.225	1.081.639	1.293.864	37,73	647.689	626.949	1.274.638
Movimentações:								
Exercidas	32,18	(114.826)	(170.946)	(285.772)	2,38	(22.231)	(34.815)	(57.046)
Concedidas	-	-	904.030	904.030	-	-	710.440	710.440
Canceladas	-	(3.738)	(180.688)	(184.426)	35,60	(8.901)	(220.935)	(229.836)
Expiradas	33,29	(45.106)	-	(45.106)	41,07	(404.332)	-	(404.332)
Saldo - final do exercício	35,60	48.555	1.634.035	1.682.590	34,11	212.225	1.081.639	1.293.864

Em 31 de dezembro de 2019 existiam 48.555 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses.

O efeito acumulado no exercício finalizado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$13.504 (R\$6.297 em 31 de dezembro de 2018), registrado como despesa de remuneração baseada em ações.

26. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, formado pelo Conselho de Administração.

Em 2018 a Administração da Companhia avaliava o negócio em duas unidades de negócio: software e hardware. Em 2019, conforme estratégia da Companhia de focar no negócio de software, alienou a operação de hardware, e consequentemente, passou a ser avaliado em um único segmento de software. Vide nota 5.

27. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2019	2018
Resultado do exercício		
Operações em continuidade	253.064	136.640
Operações descontinuadas	(43.268)	(77.092)
Lucro líquido atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	209.796	59.548
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	180.786	163.434
Lucro básico por ação	1,1605	0,3644

	2019	2018
Resultado do exercício		
Operações em continuidade	253.064	136.640
Operações descontinuadas	(43.268)	(77.092)
Lucro líquido atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	209.796	59.548
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	180.786	163.434
Média ponderada de número de opções de ações/ações restritas	1.589	1.320
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	182.375	164.754
Lucro diluído por ação	1,1504	0,3614

28. Receita bruta de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta				
Softwares				
Taxa de licenciamento	184.207	149.706	243.614	203.198
Software recorrente	1.440.110	1.324.459	1.961.187	1.756.522
Serviços não recorrentes	232.779	300.303	388.234	438.930
Total	1.857.096	1.774.468	2.593.035	2.398.650
Cancelamentos	(16.373)	(20.494)	(25.609)	(29.540)
Impostos incidentes sobre vendas	(210.001)	(195.861)	(285.302)	(257.950)
Deduções	(226.374)	(216.355)	(310.911)	(287.490)
Receita Líquida	1.630.722	1.558.113	2.282.124	2.111.160

29. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salário, benefícios e encargos	704.374	685.813	992.180	927.346
Serviços de terceiros e outros insumos	401.447	382.592	523.181	506.947
Comissões	161.731	143.673	176.703	156.544
Depreciação e amortização (i)	118.346	93.774	147.033	122.291
Provisão para contingências	47.752	47.591	56.679	50.294
Aluguéis (i)	1.246	35.679	1.965	42.982
Provisão para perda esperada	19.066	24.226	28.434	36.992
Outras	16.981	26.038	30.497	42.109
Total	1.470.943	1.439.386	1.956.672	1.885.505

- (i) As despesas com “Depreciação e amortização” e “Aluguéis” estão impactadas pelo IFRS16/CPC 06(R2). Ver a nota 2.3 (c).

30. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	51.465	17.651	60.946	26.004
Juros recebidos	4.946	5.617	5.707	6.510
Variação monetária ativa	512	2.302	2.952	5.576
Ajuste a valor presente	955	1.553	1.077	1.702
Variação cambial ativa	594	(669)	1.657	(204)
Outras receitas financeiras	(2.591)	(1.236)	(3.027)	(1.693)
	55.881	25.218	69.312	37.895

Despesas financeiras

Juros incorridos	(43.600)	(49.576)	(46.276)	(52.706)
Variação monetária passiva	(8.695)	(10.235)	(13.119)	(13.204)
Despesas bancárias	(4.661)	(4.662)	(6.171)	(6.038)
Ajuste a valor presente de passivo	(539)	(808)	(678)	(1.663)
Variação cambial passiva	(812)	(2.147)	(1.462)	(2.339)
Outras despesas financeiras	(116)	(502)	(2.783)	(2.407)
	(58.423)	(67.930)	(70.489)	(78.357)
Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	(2.542)	(42.712)	(1.177)	(40.462)

31. Plano de Previdência Privada – Contribuição definida

A Companhia oferece o “Programa de Previdência Complementar TOTVS”, atualmente administrado pelo Bradesco Seguros, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de diretores estatutários, a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, em que não há contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e os prédios onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Compreensivo Empresarial	Mitsui	Junho/2019	Junho/2020	R\$197.855
Responsabilidade Civil Geral	Chubb Seguros	Maio/2019	Maio/2020	R\$8.000
Veículos (i)	Porto Seguro	Janeiro/2019	Janeiro/2020	(*) Tabela Fipe
D&O – Responsabilidade Civil de Executivos (ii)	AIG Seguros	Junho/2019	Junho/2020	R\$100.000
E&O – Responsabilidade Civil Profissional	AIG Seguros	Junho/2019	Junho/2020	R\$10.000

(i) Valor de mercado determinado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

(ii) Para as operações no México, Argentina e Estados Unidos, a apólice local é emitida em cada país com valor de cobertura de USD1.000.

33. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a participação remanescente de 40% no capital social da controlada Neolog pelo valor de R\$7.120. A opção de compra da participação estava registrada na rubrica “Obrigações por aquisição de investimento”.

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia através de sua subsidiária Soluções em Software e Serviços TTS Ltda, concluiu a aquisição da Consinco S.A. nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças firmado entre as partes no dia 27 de dezembro de 2019.